

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 039/2018, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 14 de março de 2018, bem como no Parecer nº 375/CGE/CSet\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2021, ARQUIVA os autos do presente processo instaurado em face do servidor ELTON FERREIRA DOS SANTOS – MASP 1.152.435-2, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotado no Presídio de Manga à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 513/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 20 de novembro de 2020, bem como no Parecer 12/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias ao servidor SAMUEL SOARES BRITO - MASP 1.435.810-5, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Caeté à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso V e VI, art. 217, inciso IV, c/c art. 246, inciso I, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e do advogado Gabriel Cândido Rodrigues Soares - OAB/MG 120.029. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PDS Nº 023/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 22 de fevereiro de 2020, bem como no Parecer nº 6/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, ARQUIVA os autos do presente processo instaurado em face de JONATHAS OLIVEIRA SOUSA - MASP: 1.338.291-6, ex Prestador de serviço na função de Agente de Segurança Penitenciário contratado, admissão 1; lotado no Presídio de Passos à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do ex servidor acima qualificado e da advogada Marília Miranda de Faria – OAB/MG 205.830. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 041/2018, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 14 de março de 2018, bem como no Parecer nº 13/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, ARQUIVA os autos do presente processo instaurado em face dos servidores: JOSÉ CÉSAR RIBEIRO – MASP 1.207.395-3, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; LUIZ FERNANDO MADEIRA – MASP 1.209.430-6, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; GILBERTO PEREIRA ANDRADE – MASP 1.199.886-1, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 3; SIBELLE VIEIRA BERTELLI – MASP 1.282.551-9; ex prestadora de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; DENIS RODRIGUES DE PAULA – MASP 1.207.261-7, ex prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; e EBERVAL SOUZA LEMOS – MASP 1.207.916-6, ex prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2; lotados no Presídio de Alfenas à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos processados acima qualificados, do advogado Éder Mendes de Jesus – OAB/MG 160.894 e do defensor dativo Manolito Ferreira Xavier – MASP 1.377.024-3. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 044/2019, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 31 de dezembro de 2019, bem como no Parecer 19/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 5 (cinco) dias às servidoras RENILDA JOSÉ RITA – MASP 1.228.888-2, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, e LORRANA VIEIRA DE SOUZA – MASP 1.228.398-2, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; ambas lotadas no Presídio de Unai à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso IV, V e VI, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa das servidoras acima qualificadas e dos advogados Marcos Coelho P. Silva – OAB/MG 96.082 e Antônio Salvo M. Neto – OAB/MG 84.939. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta na Sindicância Administrativa Investigatória instaurada pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/SAI Nº 009/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 23 de maio de 2020, bem como no Parecer 8/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, ARQUIVA os autos da presente sindicância instaurada no âmbito do Centro Socioeducativo Lindeia, na cidade de Belo Horizonte/MG.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/USCI-SEAP/PAD Nº 037/2019, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 13 de junho de 2019, bem como no Parecer 345/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2021, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 66 (sessenta e seis) dias ao servidor MAYCON ARIEL DA SILVA – MASP 1.172.607-2, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Muriaé à época dos fatos, com fundamento no art.

244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, inciso I, c/c art. 245, parágrafo único, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PAD Nº 037/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 19 de fevereiro de 2020, bem como no Parecer 417/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2021, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 15 (quinze) dias ao servidor ADILSON ZEFERINO – MASP 1.454.309-4, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio São João Del Rei à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, c/c art. 246, inciso I, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. ARQUIVA o presente processo no que diz respeito ao servidor RILSON DIAS DE SOUZA – MASP 1.267.881-9, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotado no Presídio São João Del Rei à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos servidores acima qualificados e das advogadas Karen Ap. F. Brunelli Caldas Oliverira – OAB/MG 108.760 e Júlia Virginia Sampaio – OAB/MG 199.979. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019 e art. 1º, inciso II, do Decreto nº 47.995 de 29/06/2020; considerando o que consta na Sindicância Administrativa Disciplinar instaurada pela Portaria CORREGEDORIA/ SUAI/ISAD Nº 019/2016, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 17 de março de 2016, bem como no Parecer 404/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2021, converte em DEMISSÃO A BEM DO SERVIÇO PÚBLICO o ato de desligamento do processado EDUARDO FRANCISCO COSTA – MASP 1.286.510-1, ex prestador de serviços na função de Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1, lotado no Presídio de Santa Rita do Sapucaí à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso VI, por inobservar os deveres previstos no art. 216, incisos V e VI, art. 250, incisos IV, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do defensor dativo Washington Souza Santos – MASP 1.140.635-2. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 194/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 9 de maio de 2020, bem como no Parecer 419/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2021, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 60 (sessenta) dias ao servidor JOÃO PAULO GONÇALVES - MASP 1.314.969-5, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 2, lotado no Presídio de Passos à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216 incisos V e VI, c/c artigo 245, parágrafo único, e art. 246, inciso I todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do servidor acima qualificado e da advogada Marília Miranda de Faria OAB/MG 205.830. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA, no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Administrativo Disciplinar instaurado pela Portaria NUCAD/Cset-SEJUSP/PAD Nº 276/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 4 de julho de 2020, bem como no Parecer 3/CGE/CSET\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, aplica a penalidade SUSPENSÃO de 45 (quarenta e cinco) dias aos servidores DENER REZENDE DA CRUZ CARNEIRO - MASP 1.388.257-6, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; e WILLIAM WASHINGTON BARBOSA – MASP 1.454.330-0, Agente de Segurança Penitenciário, admissão 1; ambos lotados no Presídio de Pouso Alegre à época dos fatos, com fundamento no art. 244, inciso III, por inobservar os deveres previstos no art. 216 incisos V e VI, c/c artigo 245, parágrafo único e art. 246, inciso I, todos da Lei Estadual nº 869, de 1952. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa dos servidores acima qualificados e dos advogados Antônio Salvo Moreira Neto OAB/MG 84.939 e Leticia Alves Barbosa – OAB/MG 167.741. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

DESPACHO

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA no uso da competência que lhe confere o art. 219 da Lei nº 869/1952 c/c a Lei nº 23.304/2019, considerando o que consta no Processo Disciplinar Simplificado instaurado pela Portaria NUCAD/CSet-SEJUSP/PDS Nº 002/2020, com extrato publicado no Diário Oficial datado de 30 de janeiro de 2020, bem como no Parecer nº 15/CGE/Cset\_SEJUSP/NUCAD\_PROC./2022, ARQUIVA os autos do presente processo instaurado em face de GUILHERME ALMEIDA DE MORAIS - MASP: 1.314.351-6, ex Prestador de serviço na função de Agente de Segurança Penitenciário contratado, admissão 1; lotado no Centro de Apoio Médico e Pericial à época dos fatos. Nos termos do art. 272, § 2º, do Código de Processo Civil, considera-se para fins de intimação a presente publicação na pessoa do processado acima qualificado e do advogado Jhean Fleicker Egg Gomes – OAB/MG 108.684. Conforme art. 55, da Lei Estadual nº 14.184, de 2002, o prazo para oposição de pedido de reconsideração ou recurso é de 10 (dez) dias. Determina o envio de cópia do DECIDIDO à SULOT para conhecimento e providências.

Belo Horizonte, SEJUSP, 4 de fevereiro de 2022.

Rogério Greco

Secretário de Estado de Justiça e Segurança Pública

04 1589321 - 1

## Secretaria de Estado do Meio Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável

Secretária: Marília Carvalho de Melo

### Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, torna público que os requerentes abaixo identificados solicitaram:

\*Licença de Operação Corretiva (LAC1): 1) Fernando da Silva Araújo - Fazenda Santa Rosa, suinocultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura, Catas Altas da Noruega/MG, Processo nº 419/2022, classe 3. 2) Fazenda Tamboril e Santa Marta/Renato Filgueiras, criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo, Curvelo e Morro da Garça/MG, Processo nº 520/2022, classe 3. \*Licença Ambiental Simplificada (LAS/RAS): 1) Comercial de Petróleo Jardim Canada Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Nova Lima/MG, Processo nº 495/2022, classe 2. 2) LSL Mineração e Transporte Eireli, unidade de tratamento de minerais - UTM, com tratamento a seco, São José da Lapa/MG, Processo nº 521/2022, classe 2. \*Licença de Operação (LAC2), no tipo Renovação: 1) Intercement Brasil S.A., coprocessamento de resíduos em forno de clínquer, Pedro Leopoldo/MG, Processo nº 535/2022, classe 5.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 27/01/2022 a 13/02/2022.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana, em razão do processo SEI nº 1500.01.0961513/2020-84, torna público o deferimento do pedido de prorrogação do prazo de validade da Licença de Operação em Caráter Corretivo (LOC), do processo abaixo identificado, nos termos da DN COPAM nº 233/2019: 1) \*Posto Flórida Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Esmeraldas/MG, PA/Nº 02656/2002/001/2002, Classe 5. Prazo: 31/05/2026.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 27/01/2022 a 13/02/2022.

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Central Metropolitana torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) MDCosta Comércio Sucata Ltda., central de recebimento, armazenamento, triagem e/ou transbordo de sucata metálica, papel, papéleo, plásticos ou vidro para reciclagem, contaminados com óleos, graxas ou produtos químicos, exceto agrotóxicos, Conselheiro Lafaiete/MG, Processo nº 427/2022. 2) MVA Transportes S.A., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Betim/MG, Processo nº 428/2022. 3) Cotrin – Construtora Trindade Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Nova Lima/MG, Processo nº 430/2022. 4) Viação Cuiaíba Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Sabará/MG, Processo nº 438/2022. 5) Empresa de Transportes Santafé Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Belo Horizonte/MG, Processo nº 440/2022. 6) BC Stones Indústria e Comércio de Ardósia Ltda., aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Papagaio/MG, Processo nº 441/2022. 7) Posto Monteiro Ltda., postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Conselheiro Lafaiete/MG, Processo nº 454/2022. 8) Gerson Gildo dos Reis, aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Corinto/MG, Processo nº 522/2022. 9) Empresa de Transportes Trans Aguiar Ltda., transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Contagem/MG, Processo nº 524/2022.

(a) Flávia Maria Maquiné Simão - Designada para responder pela Superintendência Regional de Meio Ambiente Central Metropolitana da Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, no período de 27/01/2022 a 13/02/2022.

04 1589183 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba torna público o ARQUIVAMENTO do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - \* LAS RAS: 1) Cascalho Chiella Ltda, Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil, Patos de Minas/MG, PA nº. 6074/2021, Classe 3. Motivo: não atendimento ao pedido de informações complementares.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente da Superintendência Regional de Meio Ambiente Alto Paranaíba.

04 1589015 - 1

O Conselho Estadual de Política Ambiental - COPAM torna públicas as DECISÕES determinadas pela 120ª Reunião Extraordinária da Unidade Regional Colegiada Jequitinhonha, realizada remotamente, via video conferência com transmissão ao vivo, pelo endereço virtual: <https://www.youtube.com/channel/UCu11aAb462m8py3C1jsJl4w>, no dia 03 de fevereiro de 2022, às 13h30min, a saber: 4. Exame da Ata da 119ª RO de 11/11/2021. APROVADA. 5. Processos Administrativos para exame de requerimento para Intervenção Ambiental de supressão de vegetação secundária em estágio médio ou avançado de regeneração do Bioma Mata Atlântica localizados em áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade, não vinculados ao Licenciamento Ambiental: 5.1 Jequitinhonha II Energia Solar SPE Ltda. - Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo - Aracuaí/MG - PA/SEI/Nº 2100.01.0009828/2021-48. Apresentação: URFBIO Nordeste. DEFERIDO. 5.2 Departamento de Edificações e Estradas de Rodagem do Estado de Minas Gerais - DER/MG - Supressão de cobertura vegetal nativa, com destoca, para uso alternativo do solo; Intervenção com supressão de cobertura vegetal nativa em Áreas de Preservação Permanente - APP - Conceição do Mato Dentro/MG - Processo nº 2300.01.0127142/2020-32. Apresentação: URFBIO Jequitinhonha. PEDIDO DE VISTAS pelo Conselheiro Henrique Moreira de Melo Silva representante do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG.

(a) Yuri Rafael de Oliveira Trovão. Diretor Regional de Controle Processual da Supram NM e Presidente Suplente da URC JEQ.

04 1589249 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram do Alto São Francisco torna público que foram CONCEDIDAS as Licenças Ambientais abaixo identificadas: LAS RAS: 1) Arcongel Refrigeração Soares Ltda., Extração de areia e cascalho para utilização imediata na construção civil e Extração de argila usada na fabricação de cerâmica vermelha, São Gonçalo do Pará/MG, Processo nº 5424/2021, ANM 830979/2018, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 03/02/2032. 2) Fogos Lider Ltda. EPP, Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto e fósforo

de segurança e/ou fabricação de pólvora e artigos pirotécnicos, Santo Antônio do Monte/MG, Processo nº 3019/2021, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 03/02/2032. 3) Calcario Buriti Grande Ltda., Extração de rocha para produção de britas; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Britamento de pedras para construção, Martinho Campos/MG, Processo nº 4155/2021, ANM 830.272/2010, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 21/01/2031. 4) Magnesita Mineracao S.A., Lavra a céu aberto - Minerais não metálicos, exceto rochas ornamentais e de revestimento; Unidade de Tratamento de Minerais - UTM, com tratamento a seco e Pilha de rejeito/estéril de rochas ornamentais e de revestimento, pegmatitos, gemas e minerais não metálicos, Onça de Pitangui/MG, Processo nº 301/2022, ANM 006.928/1960, Classe 3. CONCEDIDA COM CONDICIONANTE. Válida até: 03/02/2032.

(a) Kamila Esteves Leal. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto São Francisco.

04 1589237 - 1

O Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na Modalidade Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos:

1) Transportadora e Logística Soares Ltda - Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos - Unai/MG. Processo: 526/2022. 2) Cemig Geração e Transmissão S.A - Usina solar fotovoltaica - São Gonçalo do Abaeté/MG. Processo: 533/2022.

(a) Ricardo Barreto Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Noroeste de Minas.

04 1588815 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas torna público o indeferimento do processo de Licenciamento Ambiental abaixo identificado: - Licenciamento Ambiental Simplificado na modalidade LAS/RAS: 1) Petroserra Distribuidora de Petróleo Ltda., Base de armazenamento e distribuição de lubrificantes, combustíveis líquidos derivados de petróleo, álcool combustível e outros combustíveis automotivos, Janaúba/ MG, PA/nº 5324/2021, Classe 3. Motivo: Ausência de informações essenciais quando da caracterização do empreendimento no Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), bem como no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) conforme parecer técnico SEMAD/SUPRAM NORTE-DRRA nº. 6/2022.

(a) Mônica Veloso de Oliveira. Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Norte de Minas.

04 1589341 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba, torna público que foi finalizada a análise da Licença Ambiental Simplificada na modalidade LAS/RAS abaixo identificada, com decisão pelo deferimento, cujo prazo de validade é de 10 (dez) anos: 1) Navida Concretos Ltda, Usinas de produção de concreto comum, Patos de Minas/MG, PA nº. 6379/2021, Classe 2. CONCEDIDA COM CONDICIONANTES.

(a) Rita de Cassia Silva Braga e Braga. Superintendente da Superintendência Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba.

04 1589013 - 1

O Superintendente Regional da SUPRAM Zona da Mata, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificada na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisão pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos:1) Essencim MG Solucoes Ambientais S/A, Transporte rodoviário de produtos e resíduos perigosos, Ubá/MG, Protocolo nº 501/2022; 2) Auto Posto 2000 Muriaé Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Muriaé/MG, Protocolo nº 500/2022; 3) Auto Posto Novo Milênio Ltda - Posto Novo Milênio, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Leopoldina/MG, Protocolo nº 508/2022; 4) Anesio Domingos de Moura - Marmoraria Santa Barbara, Aparelhamento, beneficiamento, preparação e transformação de minerais não metálicos, não instalados na área da planta de extração, Visconde do Rio Branco/MG, Protocolo nº 523/2022.

(a) Dorgival da Silva. Superintendente Regional de Meio Ambiente da SUPRAM Zona da Mata.

04 1589334 - 1

A Superintendente Regional de Meio Ambiente da Supram Alto Paranaíba, torna público que foram requeridas as Licenças Ambientais Simplificadas na modalidade LAS/Cadastro abaixo identificadas, com decisões pelo deferimento e prazo de validade de 10 (dez) anos: 1) Auto Posto Areado Ltda, Postos revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos revendedores de combustíveis de aviação, Patos de Minas/MG, PA nº. 460/2022, Classe 2; 2) José Vicente Gomes Teixeira/Fazenda Peri peri, Horticultura (floricultura, olericultura, fruticultura anual, viveiricultura e cultura de ervas medicinais e aromáticas); culturas anuais, semiperenes e perenes, silvicultura e cultivos agrossilvopastoris, exceto horticultura; criação de bovinos, bubalinos, equinos, muare, ovinos e caprinos, em regime extensivo; canais de irrigação, Presidente Olegário/MG, PA nº. 473/2022, Classe 2.